

PORUGAL E O *PLANO MARSHALL*

FERNANDA ROLLO

É para mim uma grande honra e motivo de satisfação estar na Reitoria da Universidade do Minho nesta cerimónia organizada para a entrega do Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, a que concorri com um trabalho sobre *Portugal e o Plano Marshall* que, basicamente, constitui a minha dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Por isso quero, desde já, expressar o meu profundo agradecimento à Universidade do Minho e aos seus responsáveis e agradecer a benevolência do júri constituído pelos Professores João Medina (da Universidade de Lisboa), Gaspar Martins Pereira (Universidade do Porto) e José Viriato Capela (desta Universidade do Minho) que assim vieram valorizar extraordinariamente este meu trabalho de investigação – e fazer-me sentir extremamente orgulhosa.

De resto, e conhecendo todos nós as dificuldades de que se reveste a investigação científica em Portugal, nomeadamente no domínio das ciências sociais, este prémio e o que ele significa, constitui um poderoso incentivo para continuar.

Farei o possível para, ao longo do tempo, prosseguir na mesma via, significando este prémio que me atribuíram.

E, se me permitem que aqui assuma a representação de todos aqueles que, da minha geração, têm procurado – na medida das suas possibilidades – renovar a historiografia portuguesa contemporânea, gostaria de englobar no

meu agradecimento toda essa pequena comunidade científica de jovens historiadores quer oriundos da minha Faculdade quer os de muitas outras escolas espalhadas pelo nosso País.

* * *

Quanto ao meu trabalho, procurei com ele abordar o estudo do processo negocial que conduziu ao envolvimento de Portugal, de certa forma a contragosto, no ambicioso processo de reconstrução europeia cuja proposta original estava contida no histórico discurso do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, proferido em Harvard a 5 de Junho de 1947.

Como aliás afirmo logo na Introdução deste meu trabalho, procurei mostrar como aquele processo negocial permitiu deslocar o nosso País para a área dos grandes debates internacionais iniciados no pós-Guerra e como Portugal a partir desse primeiro passo, e apesar do estatuto de neutralidade que adoptou durante a Guerra, se conseguiu integrar nos movimentos de cooperação protagonizados pelos países da Europa Ocidental alcançando um estatuto até certo ponto privilegiado no concerto dos países aliados vencedores da Guerra.

Foi com este pano de fundo, e tentando explorar um tema praticamente virgem na historiografia portuguesa, que, após dois anos de trabalho e uma longa estadia em França e nos Estados Unidos, consultando arquivos e procurando documentação complementar daquela entretanto recolhida nos nossos arquivos, que pude realizar este trabalho e chegar ao que considero serem as principais conclusões da minha investigação:

Em primeiro lugar, Portugal beneficiou do Plano Marshall. E, o encontro de Portugal com o Plano Marshall foi bem menos discreto e bem mais profundo do que o que poderia ser sugerido pela maioria da documentação portuguesa, a qual, porventura, induziu a convicção generalizada, mas errónea, de que o nosso País passou de certa forma ao lado da proposta americana de auxílio à Europa, tendo esta constituído para nós uma espécie de epifenómeno sem grande relevância. Não é verdade...

Assim, a principal conclusão deste trabalho, no quadro do objecto definido e do âmbito cronológico demarcado, pode traduzir-se no seguinte:

Entre Setembro de 1947 e Setembro de 1948, o Governo português efectuou o que consideramos ser uma das mais importantes (e agora evidente) inversões de política externa levada a cabo durante a vigência do Estado Novo, alterando no espaço de um ano a sua posição face ao auxílio financeiro Marshall. Dito por outras palavras: o Plano Marshall foi o

elemento causador de uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar.

Na realidade, a despeito de durante um curto período as autoridades portuguesas terem manifestado a sua compreensão e o seu apoio à iniciativa americana, o Governo português, pela voz autorizada do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, rejeitou o auxílio proposto pelos EUA, utilizando no encerramento da 1.ª Conferência de Paris, a expressão enfática de quem não tem dúvidas e pretende encerrar definitivamente o assunto: *As felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu País não precisa da ajuda financeira externa*¹.

Até aí, todas as negociações foram encaminhadas no sentido dessa rejeição: só Caeiro da Matta (então Ministro dos Negócios Estrangeiros) e alguns diplomatas integrados nas estruturas da futura OECE, encaravam sem grande convicção, é certo, a hipótese contrária.

É a fase em que os princípios, as convicções políticas e ideológicas postos em confronto com as novas realidades se sobrepõem claramente a estas últimas. De resto, todos os elementos parecem convergir para esta solução.

A avaliação que é feita da situação económica nacional é optimista; o Governo tinha aprovado recentemente o lançamento de um processo de industrialização; por este lado parecia poder dispensar-se qualquer compromisso que envolvesse formas mais ou menos sofisticadas de dependência externa.

No plano da política externa, também a rejeição parecia conseguir manter incólumes os grandes princípios ou pilares pelos quais a diplomacia de O. Salazar se regia: o atlantismo, o privilegiar das relações com a Espanha e o Brasil, a defesa do Império colonial, a que se deve acrescentar neste período do pós-Guerra uma desconfiança de fundo quanto aos objectivos prosseguídos pelos americanos e sobre as formas para que se encaminhava a cooperação europeia.

Na altura, estiveram presentes outros dois elementos, de certa maneira marginais, mas que também fizeram parte desta "estratégia de rejeição": a forma como se valorizou a importância estratégica dos Açores e as contrapartidas que daí se podiam vir a receber, e o "ouro alemão", do qual as autoridades portuguesas não queriam ver-se despojadas.

¹ Costa Leite, Ministro das Finanças, é ainda mais incisivo. Recorde-se que um parecer seu constituiu o elemento peremptório que contribuiu para a decisão portuguesa. Dizia então: "se orientarmos devidamente o nosso comércio externo, não careceremos de créditos em dólares, e não julgo que interesse ao País, em face da América do Norte quer da própria Europa, enfileirar, sem necessidade, no número dos 'famintos do dólar'".

Tudo se conjugava para o acerto do não, ou melhor, para a adopção de uma posição ambígua de adesão condicional que permitisse ao País estar presente no desenrolar dos acontecimentos sem se comprometer demasiado.

No fundo, o Governo português, sem querer pôr em causa o carácter particular do seu pensamento em matéria de política externa, não deixou de demonstrar uma certa ansiedade por ser aceite e integrado nos complexos movimentos de ajustamento e de reconstrução desencadeados de ambos os lados do Atlântico no fim das hostilidades, como colaborador activo e útil da reconstrução europeia. Tendo, é certo, sempre em vista o cumprimento de alguns objectivos de carácter económico, procurou não deixar escapar a oportunidade para valorizar a sua posição internacional e assim poder grangear um crédito que lhe faltava, sobretudo após lhe ter sido recusada a admissão na ONU em 1946.

O último semestre de 1948 marca a viragem neste caminho que parecia tão solidamente traçado e tão logicamente escorado. Sob a pressão da crise que se mantinha desde 1947, e não obstante o scepticismo em relação às soluções internacionalmente encontradas, os princípios ideológicos e o voluntarismo de que dera mostras durante os anos difíceis do pós-Guerra, o Governo acaba por ceder e inverter a sua posição. Afinal acabaram por prevalecer os factores económicos e financeiros e tanto bastou para que as autoridades portuguesas tenham passado da posição inicial de rejeição da ajuda para outra, radicalmente oposta, que caracterizámos como de "corrida" ao auxílio financeiro americano.

Procurando sistematizar em termos conclusivos alguns aspectos que estiveram na origem da inversão da posição das autoridades portuguesas, diremos o seguinte:

- durante os anos que se seguiram ao fim do conflito foi sistematicamente subestimada a deterioração da situação económica e cambial portuguesa, que o Governo tentou em vão controlar;
- sobreavaliou-se a capacidade produtiva portuguesa e, sobretudo, pensou-se que o processo de industrialização lançado recentemente daria resultados visíveis e utilmente aproveitáveis (por exemplo no reforço das exportações portuguesas) mais cedo do que seria realista esperar;
- menosprezaram-se os efeitos que a crise europeia (e internacional) de 1947 havia de ter em Portugal, e sobretudo, os efeitos que os acontecimentos e os mecanismos resultantes das tentativas feitas para a sua superação não deixariam de ter no nosso País no quadro já estabelecido das interdependências europeias;
- subestimaram-se os efeitos positivos (e por contraposição empolaram-se os negativos) que a concretização do *Economic Recovery Program* (nome oficial do Plano Marshall) poderia ter sobre a nossa economia; as autoridades portuguesas só tardivamente tomaram consciência

- deste facto apesar de algumas vozes dispersas não deixarem de para isso insistenteamente alertarem;
- finalmente, assinala-se que as autoridades portuguesas procuraram, até aos limites da sua capacidade negocial, evitar recorrer aos créditos Marshall: recorde-se aqui, e a propósito, os episódios desenvolvidos em torno da transferência dos créditos portugueses existentes sobre a Grã-Bretanha e os esforços que foram feitos para os transferir, num quadro de bilateralismo, para os EUA.

Então, esgotados todos os recursos “económicos” e negociais Portugal muda pragmaticamente de atitude. Aos argumento-conclusões acima aduzidos ainda podem acrescentar-se:

- a clarificação e bipolarização da conjuntura internacional criando um ambiente menos carregado de suspeitas e de ambiguidades;
- a progressiva inserção de Portugal no seio da Comunidade Internacional e a integração de muitos dos seus mais reputados técnicos em organismos que serviam de suporte a essa Comunidade;
- a flexibilidade da estrutura montada em torno do Plano Marshall: a criação da delegação da ECA junto da Embaixada americana de cada país membro facilitou em muito as negociações, permitiu desbloquear impasses e frequentemente encontrar soluções que iam ao encontro da especificidade própria de cada um desses países.

Em último lugar, e à maneira de complemento, poder-se-á afirmar que durante todo este duro e complexo processo negocial, para a diplomacia portuguesa o balanço que pode ser feito, tendo em conta o enquadramento da época, é positivo; tendo sido capaz de transigir quando foi necessário, conseguiu manter incólumes os pilares em que continuou a fundamentar-se a política externa portuguesa do Estado Novo. Isto é, o Governo português ficou com as mãos livres para continuar a gerir o binómio autarca – (passando a trabalhar um “projecto português” onde se encontrariam associadas as grandes colónias africanas, o Brasil, e eventualmente a Espanha) – cooperação (a partir da constituição da OECE, Portugal nunca mais abandonou as instituições de cooperação europeia de que aliás foi em muitos casos fundador).

Feita esta breve intervenção, gostaria apenas de dizer que partilho não só a satisfação mas também o mérito de receber o Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, com que foi galardoado o meu trabalho com o meu marido, José Maria Brandão de Brito e, com aqueles a quem ele é dedicado: Em memória de meu Pai e à minha Mãe.

É tudo. Muito obrigada.



Intervenção do Prof. Doutor Victor de Sá.